



HTB Engenharia e Construção S.A.

CNPJ nº 61.037.537/0001-10

Uma empresa do Grupo HTB



Nossas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeira completas auditadas, elaborada na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável, que está disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Balancos Patrimoniais					
A T I V O	2024	2023	P A S S I V O	2024	2023
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	83.271	100.138	Empréstimos e financiamentos	5.000	3.250
Aplicações financeiras - vinculadas	-	58.855	Fornecedores e subempreiteiros	27.664	14.429
Contas a receber de clientes	93.422	77.384	Adiantamento de clientes	34.834	115.129
Impostos a compensar	5.528	6.329	Impostos e contribuições a recolher	8.457	4.777
Outros créditos	21.177	20.344	Obrigações trabalhistas e sociais	36.283	21.359
Partes relacionadas	17.237	13.919	Provisões gerais	42.252	44.439
Total do ativo circulante	220.636	276.969	Obrigações com consórcios	133	401
Não circulante			Passivo de arrendamento	3.988	4.566
Realizável a longo prazo			Outras contas a pagar	27.218	190
Depósitos judiciais	1.923	2.040	Dividendos a pagar	7.989	668
Outras contas a receber	3.252	3.252	Total do passivo circulante	193.820	209.208
Partes relacionadas	1.055	1.055	Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	44.214	46.015	Provisões gerais	9.845	20.716
	50.445	52.362	Passivo de arrendamento	9.202	-
Investimentos	-	230	Outras contas a pagar	-	2
Imobilizado líquido	17.234	9.919	Total do passivo não circulante	19.046	20.718
	17.234	10.149	Patrimônio líquido		
Total do ativo não circulante	67.678	62.511	Capital social	49.799	60.923
Total do ativo	288.314	339.480	Reserva de lucros	25.649	48.631
			Total do patrimônio líquido	75.448	109.554
			Total do passivo e patrimônio líquido	288.314	339.480

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Capital social	Adto futuro aumento capital	Reserva legal	Reserva de lucros para expansão	Lucros (prejuízos) acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2022	60.483	440	5.579	39.713	-
Aumento de capital	440	(440)	-	-	-
Transferência dos dividendos não pagos	-	-	-	1.195	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.812
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(668)
Reservas de lucros	-	-	141	2.003	(2.144)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	60.923	-	5.720	42.911	-
Aumento de capital	5.720	-	(5.720)	-	-
Redução do capital	(16.844)	-	-	-	(16.844)
Distribuição de lucro	-	-	-	(42.911)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	33.639
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(7.989)
Reservas de lucros	-	-	1.682	23.967	(25.649)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	49.799	-	1.682	23.967	-

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A HTB Engenharia e Construção S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22/08/1966 domiciliada no Brasil, com sede à Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 145, Vila Cruzeiro, São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem como atividades operacionais preponderantes o gerenciamento e a execução de obras ligadas ao ramo da engenharia e construção civil, atuando predominantemente como construtora nos mercados de edificações, industrial e de infraestrutura.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir: Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação: 2.1.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 07 de março de 2025. **2.1.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.1.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 8 -** Reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: disponibilidade de lucro tributável contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; **• Nota explicativa nº 12 -** Determinação da vida útil do imobilizado; **• Nota explicativa nº 18 -** Reconhecimento e mensuração de provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir destas estimativas.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1. Receita de contratos de construções: A receita de prestação de serviço é apurada e reconhecida em virtude da evolução de cada obra. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. **Contratos firmados como Preço Máximo Garantido (“PMG”) e Contratos por Empreitada:** A receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos (“POC”). Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que determinem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro. **Contratos em Regime de Administração:** Para os contratos nos quais a Companhia é reembolsada pelos custos projetados e aprovados pelas partes - ou de outra forma definidos - acrescido de percentual (taxa de administração) sobre tais custos ou remuneração fixa determinada, a receita é reconhecida com base nos custos incorridos até a data das demonstrações financeiras. A Companhia atua como agente nos contratos e, portanto, reconhece como receita também a contraprestação não monetária relativa ao custo de obra (materiais e serviços subcontratados) faturados e pagos diretamente pelo cliente. **Contratos de Serviços de Gerenciamento:** As receitas de serviços são reconhecidas pelas medições dos serviços prestados. Quando o resultado de um contrato de prestação de serviço de construção não pode ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável. Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato (caracterizando um contrato oneroso) a perda referente ao excedente entre a receita contratada e o custo total estimado é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica “Custo dos serviços prestados”, com contrapartida na rubrica do “Passivo”. Os valores recebidos antes da realização dos correspondentes serviços são registrados no balanço patrimonial como passivo, na rubrica “Adiantamentos de clientes”. Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no serviço executado por obra, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica “Contas a receber de clientes”. Tal conclusão foi obtida através da análise dos contratos de construção em andamento, assim como os procedimentos atuais executados para o reconhecimento de receita. **3.2. Contas a receber de clientes e provisão perdas esperadas de crédito:** Estão apresentadas a valores de realização. Estão também incluídos os valores ainda não faturados até a data do balanço em decorrência dos contratos de construção, cujos valores são determinados pela progressão física dos projetos. São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, ajustadas a valor presente, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação dos impactos nas perdas estimadas futuras de crédito. **3.3. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de impairment em 2024 e 2023. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu

custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são calculadas nas taxas mencionadas na Nota explicativa nº 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisitos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC 06 (R1)/IAS 17):** Esse pronunciamento eliminou a distinção entre arrendamentos operacionais e arrendamentos financeiros a partir de 01/01/2019. Além disso a norma exige o reconhecimento de um ativo (o direito de usar o item arrendado) e um passivo financeiro relativo aos de alugueis futuros descontados a valor presente para praticamente todos os contratos de arrendamento. **Identificação de Arrendamento:** Na celebração de contrato, a Companhia deve avaliar se o contrato é, ou contém, um arrendamento. se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Essa avaliação foi dividida em etapas, tais como: **•** Levantamento dos contratos; **•** Abordagem de transição; **•** Mensuração do passivo inicial e ativo inicial; **•** Impactos na adoção inicial. A contabilidade da arrendadora permanece semelhante à norma atual, ou seja, os arrendadores continuam classificando os arrendamentos como financeiros ou operacionais. **3.4. Provisões gerais:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **Provisão para garantia:** As garantias possuem características específicas de acordo com determinados itens de construção e são prestadas por períodos que variam até 5 anos após a conclusão da obra. Os cálculos são efetuados com base na análise dos custos incorridos comparados à produção total das obras com período de garantia encerrado. Dessa forma, foram definidos percentuais para cada setor e segmento de atuação da Companhia, aplicados sobre a produção total das obras concluídas e em andamento, como estimativa de gastos com reparos e manutenções a incorrer. **Provisão para contratos onerosos:** Com base na margem orçada, evolução das obras em seus respectivos tipos de contratos, a Companhia compara as receitas recebidas e esperadas com os custos incorridos e a incorrer. Seguindo os critérios descritos é constituída a conta provisão no passivo, essa abrange itens como custos com fornecedores e mão-de-obra. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado e para o valor integral da perda prevista para completar o contrato. Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato. Antes de a provisão ser constituída, é reconhecida qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre os ativos relacionados com aquele contrato. **3.5. Resultado por ação:** O cálculo do lucro básico por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro líquido por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras (ações restritas dentro dos planos de pagamento baseado em ações). O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. **3.6. Consórcios:** As participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto e têm suas receitas, custos e despesas reconhecidas linha a linha nas contas da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio. A Companhia participa em quatro consórcios: **•** Consórcio AEROGRU, uma obra de implantação de transporte de passageiros em via elevada no Aeroporto de Guarulhos, conectando a estações da CPTM ao TPS 03, tendo como parceiras as empresas FBS Construção Civil e Pavimentação S.A.; Aerom Sistemas de Transporte S.A.; TS Infraestrutura e Engenharia S.A.; com 25% de participação cada uma. **•** Consórcio PIATEC-HTB SUA-PE - QUAY-BUILDING, composto por dois projetos, sendo 1) empreendimento - Projeto QUAY, compreende a construção da estrutura do cais e acessórios, e a dragagem do berço de atracação; e 2) Projeto Buildings, compreende os projetos de construção e de remodelação/reconstrução de edifícios, com 40% e 60% de participação em cada projeto. **3.7. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **•** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **•** Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; **•** Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos. **3.8. Benefícios a diretores e funcionários:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **•** Previdência privada: a Companhia não mantém planos de previdência privada aos seus empregados. **•** Participação nos resultados: a Companhia possui programa de participação nos resultados conforme acordo coletivo com o Sindicato dos trabalhadores da Construção Civil São Paulo. **•** Outros benefícios: são concedidos aos funcionários, tais como: auxílio-médico, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, treinamentos entre outros. **3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ganhos nas aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos e leasing, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **3.10. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e, 9% sobre o lucro tributável para o lucro tributável social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais

Demonstrações de Resultados		
	2024	2023
Receita de contratos de construções	858.680	412.719
Custos de contratos de construções	(719.836)	(368.895)
Lucro bruto	138.844	43.824
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-
Despesas administrativas e gerais	(105.889)	(62.112)
Outras receitas não operacionais	649	-
Lucro (prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	33.604	(18.288)
Receitas financeiras	13.324	14.763
Despesas financeiras	(1.211)	(628)
Resultado financeiro líquido	12.113	14.135
Lucro (Prejuízo) antes da provisão para imposto e renda e contribuição social	45.717	(4.153)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(10.278)	(9.320)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(1.801)	16.285
Lucro líquido do exercício	33.639	2.812
Lucro líquido por ação	-	-
Básico e diluído (em reais)	355,54254	29,72139

Demonstrações de Resultados Abrangentes		
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	33.639	2.812
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	33.639	2.812

Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	45.717	(4.153)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades sem geração de caixa		
Depreciações e amortizações	5.515	5.814
Baixa de intangível	-	986
AVP sobre arrendamento	(507)	(82)
Perda na venda de ativo imobilizado	430	4
Complemento (reversão) de provisão para garantia	(102)	2.973
Complemento de provisão para contingências cíveis e trabalhistas	17.244	7.453
Complemento de custo a incorrer e contratos onerosos	8.267	35.019
Provisão perda por impairment	230	-
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	802	-
Receita de juros provisionados empresa do grupo	-	(56)
Provisão para perdas de créditos esperadas	10.635	-
Lucro líquido do exercício ajustados	88.231	47.958
(Aumento)/ redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(26.673)	(4.113)
Impostos a compensar	801	(661)
Outros créditos	(833)	(1.176)
Depósitos judiciais	117	176
Crédito com partes relacionadas	(3.318)	(11.622)
Aumento/ (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	13.235	(683)
Adiantamentos de clientes	(80.295)	42.583
Obrigações trabalhistas e sociais	14.924	10.789
Impostos e contribuições a recolher	1.304	471
Provisões gerais	(38.467)	(4.538)
Obrigações com consórcios	(269)	-
Outras contas a pagar	27.026	192
Caixa proveniente das atividades das operações	(4.217)	79.376
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.902)	(9.320)
Caixa proveniente das atividades operacionais	(12.118)	70.056
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(13.260)	(2.685)
Aumento (redução) das aplicações vinculadas	58.855	(20.735)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	45.595	(23.420)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	(14.980)
Captação de empréstimos e financiamentos	1.750	3.250
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(802)	(329)
Dividendos pagos	(43.579)	-
Redução de capital	(16.844)	-
Pagamento de contratos de arrendamentos	9.131	(4.571)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(50.344)	(16.630)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(16.867)	30.006
No início do exercício	100.138	70.132
No final do exercício	83.271	100.138
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(16.867)	30.006

e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **(i) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **(ii) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido decorrente de prejuízo fiscal, base negativa da Contribuição Social e com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: i) o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e ii) que não afete nem a contabilidade tão pouco o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos ativos diferidos consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social, no montante de R\$ 49.799 em 31 de dezembro de 2024, pertence aos acionistas residentes no país, é composto de 49.799 ações ordinárias nominativas.

	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade de ações	% de parti- cipação	Capital Social	Quantidade de ações	% de parti- cipação	Capital Social
HTB Participações Ltda.	94.611	99,99%	49.798	94.611	99,99%	60.922
Detlef Dralle	1	0,01%	1	1	0,01%	1
Total	94.612	100%	49.799	94.612	100%	60.923

Em 03 de julho de 2024 houve o aumento de capital mediante a destinação do saldo da reserva legal de R\$ 5.720 e posteriormente, no mesmo ato societário a redução de capital no valor de R\$ 16.844, em moeda corrente nacional, passando o capital social de R\$ 60.923 para R\$ 49.799. **b. Distribuição de dividendos:** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido apurado. Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	33.639	2.812
(-) Reserva de lucro - 5%	(1.682)	(141)
(=) Base para o dividendo mínimo obrigatório - 25%	31.957	2.671
Dividendo mínimo obrigatório 25%	(7.989)	(668)

c. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76.

Diretoria	
Detlef Dralle - Diretor Presidente	
Contador	
Claudinei Fontes Pereira - CRC 1SP151352/O-2	
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas emitido pela RSM Brasil Auditores Independentes S.S. estão disponíveis nos endereços eletrônicos informados nesta publicação resumida. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 07 de março de 2025, sem modificações.